

## **SUBJETIVIDADE DOCENTE**

Refere-se aos aspectos do pensamento, da vontade, das emoções, dos valores, da linguagem, dos aspectos desejantes e das práticas (comportamento) do professor. A subjetividade docente, como a de qualquer outro profissional, constitui-se na relação com a objetividade. Por isso, não é somente individual, estritamente psicológica ou própria à personalidade. Para a perspectiva marxiana, aqui adotada, a subjetividade é compreendida como um problema da “subjetividade-intersubjetividade”, delimitada e produzida pela objetividade histórica, devendo-se estabelecer a crítica ao aspecto ideológico e idealista da crença em torno da existência de “individualidades autogeridas”, da autonomização do psíquico nas práticas sociais e políticas, onde se incluem as desenvolvidas na educação e na escola (SAVIANI, 2004). Assim, a produção da subjetividade é necessariamente social e histórica e sua análise requer que se superem intervenções calcadas em concepções naturalizadas, que se perdem em leituras individualizantes, as quais abstraem os indivíduos de seu contexto e terminam por responsabilizá-los, individualmente, pelo sucesso ou fracasso de seu trabalho, mas também das análises que pressupõem sistemas e estruturas gerais estanques, agindo sobre indivíduos passivos. Correlativamente, a análise do sistema ou estrutura social, na qual os professores estão inseridos, não dispensa, antes supõe, na sua determinação historicamente particular, o jogo contraditório de múltiplas relações, o que se desenrola pela intervenção humana no real que, por seu turno, é condição da própria figura da subjetividade em geral.

A subjetividade deve ser abordada como totalidade, compreendendo, como ensina a abordagem sócio-histórica, um conjunto de fenômenos relacionados e em processo, produzidos subjetivamente na relação com a objetividade, que é material e social. A subjetividade é, ainda, necessariamente, permeada por contradições que expressam, de maneira mediada, a contradição fundamental da sociedade capitalista, em última instância, a contradição capital-trabalho. No capitalismo, o processo de alienação carrega implicações para a subjetividade na direção da consciência fragmentada, reificada e de afetividade amortecida, dentre outros aspectos, mas para uma análise consistente da subjetividade deve-se considerar a noção de uma unidade dialética e

contraditória entre sujeito alienado e sujeito da própria história, como nos lembra Marx (2004) nos Manuscritos.

Como derivativo, tem-se, primeiramente, que a subjetividade não pode ser encarada como uma coisa em si, uma essência imutável, pois os modos de existência – ou de subjetivação – são históricos e mantêm estreitas relações com uma conjuntura especificamente considerada. Mais concretamente, deve-se afirmar que a produção da subjetividade depende e articula-se, dentre outros aspectos, às dimensões institucionais, organizacionais e culturais, dimensões mediadoras dos processos de apropriação e objetivação. Uma segunda derivação refere-se à processualidade inerente às construções subjetivas, à consideração da pluralidade de configurações passíveis de subjetivação numa mesma conjuntura. A imensa valorização da esfera privada, bastante comum em nossos dias, ou, ainda, a plasticidade subjetiva aberta às demandas flexíveis do trabalho e da vida não esgotam as possibilidades de organização sociosubjetiva contemporâneas, havendo muitas possibilidades dos homens responderem às demandas que são colocadas por uma dada conjuntura, dentro de dois extremos possíveis: uma relação de alienação, opressão ou disciplina, na qual o indivíduo se submete às exigências tal como as recebe e, no outro extremo, uma relação de expressão e de criação, que carrega a potência de suspensão da vida cotidiana e de uma apropriação crítica da realidade objetivada (MANCEBO, 2009).

No trabalho, a rigidez e previsibilidade do taylorismo/fordismo na produção e o modo de regulação keinesiano, presentes em diversas esferas do cotidiano, há quarenta anos, sofreram inflexões. De uma maneira geral, a rigidez – seja nos investimentos de capital, na produção e consumo em massa, nos mercados e contratos de trabalho ou, ainda, na pressuposição de homens disciplinados e estritamente controlados – passa por profundas mudanças. Todos esses dispositivos entram em crise e são, total ou parcialmente, desmontados em diversas partes do planeta e em diferentes campos da produção, em prol de uma maior agilidade e velocidade na produção e na vida, requerendo um novo sistema produtivo capaz de promover um rápido atendimento às flutuações de mercado, que se apresenta extremamente flexível. Como toda nova organização do trabalho, essa flexibilização constrói-se acompanhada de um movimento de reacomodação do campo sócio-subjetivo, produz novas performances para o trabalhador, que vem afetando sua

organização, sua dinâmica interpessoal, além de exigir-lhe uma ativa adaptação espaço-temporal.

Os níveis salariais cada vez mais baixos, o desemprego estrutural, a perda dos direitos trabalhistas, a insegurança no emprego, o advento de novas tecnologias, a flexibilidade nas unidades produtivas e um conjunto de outras transformações ocorridas no cotidiano do trabalho contribuíram para uma intensificação dos processos de trabalho docente e uma aceleração do binômio desqualificação-requalificação inerente ao movimento da produção, que imprimem novos ritmos à vida dos professores e ao modo como se relacionam entre si, desatando, dentre outros aspectos, laços de solidariedade e de seguridade, além de exigirem um conjunto de habilidades sempre abertas e por se fazer, que seriam mobilizadas pelo docente em cada situação concreta, emergencial ou não, cabendo a ele o recurso à sua inteligência, recursos criativos pessoais, potencialidades, desejos e valores, enfim, o recurso à sua subjetividade, para alcançar os objetivos das atividades requeridas. Assim, do mesmo modo como assistimos aos novos contornos que se desenham para o capitalismo nas sociedades contemporâneas, a uma produção maleável e individualizada, à valorização dos trabalhadores qualificados polivalentes, à flexibilização da organização do trabalho, à implementação de horários indefinidos de trabalho e à precarização dos vínculos trabalhistas, também presenciamos a convocação irrestrita da subjetividade do trabalhador para o centro dos processos de trabalho, não raramente com aumento do sofrimento subjetivo, neutralização da mobilização coletiva e aprofundamento do individualismo.

Nas escolas, é gerada uma "sociedade da urgência", que força o incremento das tarefas, a instalação de horários atípicos, a aceleração no desempenho das atividades e que afeta em cheio a produção docente, sua subjetividade e saúde. Todavia, deve-se considerar que a rede de relações e produções que se constitui no âmbito escolar também pode caminhar na contramão do ajustamento à ordem social e da alienação; com sujeitos agindo coletivamente em busca de brechas e possibilidades de escape na direção da crítica ao prescrito, na busca de crescimento subjetivo, de mais-prazer e solidariedade.

**DEISE MANCEBO**

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, A.M.M. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 75-92.

MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

SAVIAVI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-52.